

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**SHENNA DALLEN SANTOS ARAÚJO**

**FARMÁCIA JOÃO VICTAL DE MATTOS  
A HERANÇA HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO À PROPRIEDADE:  
Um resgate sobre as tentativas de preservação da Farmácia**

São Luis  
2009

**SHENNA DALLEN SANTOS ARAÚJO**

**FARMÁCIA JOÃO VICTAL DE MATTOS  
A HERANÇA HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO À PROPRIEDADE:  
Um resgate sobre as tentativas de preservação da Farmácia**

Trabalho Final de Graduação apresentado  
ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade Estadual do Maranhão  
(UEMA) para obtenção do grau de bacharel  
em Arquitetura e Urbanismo.

São Luis  
2009

**SHENNA DALLEN SANTOS ARAÚJO**

**FARMÁCIA E LABORATÓRIO JOÃO VICTAL DE MATTOS**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 24 / 08 / 09

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº Alex Oliveira de Souza (Orientador)**

---

**Profª Marluce Wall de Carvalho Venâncio (1º Examinador)**

---

**Arq. Convidado Nairama Pereira Barriga (2º Examinador)**

À Wolney e Sandra Araújo, meus  
pais queridos.

À Sandi e Sandryelle Araújo,  
irmãs que amo.

À Renan Timbó, o amor de minha  
vida.

## AGRADECIMENTOS

Existem pessoas que são para nossa vida eternos alicerces. São muralhas, fortificações, a bateria extra da qual sempre precisamos. São a elas que agradeço por me acompanharem mais uma vez, são a elas que eu devo essa vitória.

Agradeço a Deus por me ser fiel e conduzir o meu caminho sob as suas asas, e permitir que eu descanse sobre a sua sombra. Obrigada Senhor!

À minha mãe que amo tanto, que me acompanhou acordada todas as noites que passei em claro estudando. Que se preocupou e que chorou quando eu não sabia qual escolha tomar. Que pára a sua vida só pra me ajudar. E que me ama incondicionalmente.

Ao meu pai que sempre soube me incentivar e que sempre me ofertou com sua experiência e seu colo. Ao herói de minha infância, muito obrigada.

Às minhas irmãs, que são meu elo mais puro de amor ao próximo. Que torcem por mim e acreditam em mim, mas do que eu mesma.

À Renan, que nunca mediu esforços pra resolver nenhum dos meus problemas. Que ficou do meu lado sempre, que teve paciência quando não tive o mesmo. Que me deu colo quando cansei e ombro quando chorei. Agradeço por ele ter sempre participado ativamente de tudo que fiz, e principalmente por ter me amado. Obrigada por ter sido sempre assim, tão compreensivo.

À minha família em Bacabal, meus avós, minhas tias, meus tios, todos eles que me apoiaram quando mudei de cidade e que sempre depositaram muita confiança mim.

Aos meus amigos que aqui ou em Bacabal, torceram por mim. Especialmente a George Luis, a Lourdesmar, e a Dennielle. Companheiros de infância.

Aos meus amigos de faculdade e futuros colegas de profissão, agradeço pela ajuda durante todos esses cinco anos.

À Erival por ter sido minha amiga de todas as horas. Por ter me acompanhado, e aceito a minha amizade desde o começo do curso. Obrigada pelos conselhos e pelo divã.

À Alex Oliveira, meu mestre querido. Quem nunca me deixou desanimar. Preocupou-se comigo quando tive desanimada, que sempre esteve de prontidão para as minhas dúvidas e que encheu meus olhos com sua sabedoria e paciência.

À Marluce Venâncio, que foi a minha norteadora de muito que sou como acadêmica e pesquisadora. Quem me introduziu na pesquisa, quem sempre me passou confiança ao falar com propriedade de tudo e é nela em quem me espelho.

A todos os professores do CAU, meus mestres. É graças a eles que estou aqui hoje.

Muito obrigada!!!!

## RESUMO

Este trabalho faz um resgate histórico da Farmácia e Laboratório João Victal de Mattos como edificação isolada e de suas tentativas de reabilitação dos últimos anos. Tem o objetivo de compreender o processo patrimonial de tombamento, a relação da comunidade com os órgãos patrimoniais e o valor que o tombamento acresce ao imóvel cujos afetos particulares já estão inseridos. Trabalha com a conceitualização de patrimônio como forma de herança, não exclusivamente particular, mas coletiva e até onde há esse limite. Questiona o porquê da ingerência e do abuso patrimonial enfrentado e tenta assim, desvendar os dissensos que existem entre os agentes do patrimônio e os proprietários dos bens tombados, visando desta forma, compreender a situação atual da Farmácia e a sua contextualização urbana.

Palavras – chave: tombamento; ingerência; herança; proprietários;

## ABSTRACT

This work does a historical review about the Laboratory and Drugstore João Victal de Mattos as a individual building and as the last years attempts of its restoration. It does intend to understand the patrimonial process of the protected ensemble, the relationship that the community has with the government sectors and the value that the protected ensemble increase to the estate which already has the affection of the owners. It develops the concept of estate as a inheritance, not only a particular inheritance, but a collective one so far as it can be collective. Asks the reason of the bad direction and the estates abuses faced and try thru that, find out the disagreed that has between the state agents and the owners of the protected ensembles, trying to understand the current status of the Drugstore and its urban context.

Keywords: protected ensemble; bad direction; state agents; owners;



## RÉSUMÉ

Ce travail fait un raçon historique de la Pharmacie et Laboratoire João Victal de Mattos comment bâtiment isolé et de ses tentatives de reabilitation au cours des dernières années. Vise à comprendre le processus du patrimoine, la relation de la communauté avec les patrimoine des organismes et le valeur que le classement ajoute a le immobile dont affections individuels sont déjà insérés. Il travail avec la conceitualization de patrimoine comment forme de l'héritage, pas seulement particulier, mais collective et jusqu'à ou il y a ce limite. Demande le pourquoi de la ingerence et de l'abus du patrimoine classement et essaie ainsi, dévoiler les désaccords qui existent entre les agents du patrimoine et les proprietaires des biens tombés, en visant ainsi comprendre la situation actuel de la Pharmacie et sa contextualization urbaine.

Mot-clé: classement; ingerence; agents; proprietaires

## INDICE DE FIGURAS

Figura 1	Av. Magalhães de Almeida e Praça João Lisboa, São Luis, 1908	23
Figura 2	Av. Magalhães de Almeida e Praça João Lisboa, São Luis, 2009	23
Figura 3	Antigo Postal de São Luís, Praça João Lisboa, 1904	24
Figura 4	Av. Magalhães de Almeida, 2009	24
Figura 5	Centro Historico, Salermo, Itália	27
Figura 6	Centro Historico, Bolonha, Itália	27
Figura 7	Farmácia João Victal de Mattos, 1987	29
Figura 8	Planta de Situação	30
Figura 9	São Luis 1641-1644	31
Figura 10	São Luis 1789	31
Figura 11	São Luis 1844	31
Figura 12	Vista aérea	32
Figura 13	Janelas, sacadas e porta, 2007	33
Figura 14	Sacada, 2005	34
Figura 15	Sala do térreo, 2005	35
Figura 16	Sala térreo, recepção, 1982	36
Figura 17	Recepção, 1892	37
Figura 18	Ala comercial, 1982	38
Figura 19	Ala residencial, 1982	38
Figura 20	Descaracterização do edifício	39
Figura 21	Propaganda Elixir da Carnaúba e da Tintura Preciosa	40
Figura 22	Propaganda Elixir da Carnaúba	40
Figura 23	Farmácia João Victal, 1901	41
Figura 24	Farmácia João Victal, 1996	42
Figura 25	Farmácia João Victal, 2009	42
Figura 26	Estante da recepção com medicamentos	45
Figura 27	Vista Frontal, 1998	46
Figura 28	Vista Lateral, 1998	47
Figura 29	Planta baixa - porão, 1998	47
Figura 30	Planta baixa – térreo, 1998	48
Figura 31	Planta baixa – pav. superior, 1998	48
Figura 32	Estado de conservação da alvenaria	49
Figura 33	Químicos encontrados, 2005.	51
Figura 34	Móvel antigo do térreo	51

Figura 35	Élixir da Carnaúba	52
Figura 36	Mobiliário existente (piano)	54
Figura 37	Utensílios Pessoais	55
Figura 38	Louça de origem Inglesa	55

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>PATRIMÔNIO EDIFICADO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Sítio Urbano.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Pátrimônio edificado.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Memória.....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>A PROTEÇÃO INSTITUCIONAL E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>3.1</b>	<b>Tombamento.....</b>	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>Conservação.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>Reabilitação.....</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>LABORATÓRIO JOÃO VICTAL DE MATTOS.....</b>	<b>29</b>
<b>4.1</b>	<b>O sítio.....</b>	<b>29</b>
<b>4.2</b>	<b>A edificação.....</b>	<b>33</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Tipologia arquitetônica .....</b>	<b>33</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Resgate Histórico.....</b>	<b>35</b>
<b>4.3</b>	<b>A memória de ontem e a realidade de hoje.....</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>TENTATIVAS DE RESTAURO.....</b>	<b>44</b>
<b>5.1</b>	<b>Análise dos fatos.....</b>	<b>49</b>
<b>6</b>	<b>OS IMPASSES DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

São Luís está repleta de casarios de grande valia para a Humanidade que, implantados em um sítio urbano de igual valor, demonstram a relevância do tombamento por testemunhar o passar dos anos e perceber que o tempo lhe conferiu autenticidade.

“Preservá-los significa manter viva nossa história, cultura e memória”.

O ato de preservar exige o uso de meios que garantam a permanência dos bens de interesse da coletividade, ela transcende a condição material do bem e alcança sua condição imaterial. A preservação mantém a identidade adquirida com o passado e permite que ela continue evocando sua história e sua cultura. Dentre os vários instrumentos de preservação, neste trabalho será focado o tombamento.

Conceituando:

Tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Esse instrumento coloca sob a tutela do Estado bens dignos de preservação. (BOGÉA, *et al*, 2005, p.32).

Apesar de o tombamento parecer – aos olhos de muitas pessoas – um ato autoritário ele não pode ser assim considerado, porque sua aprovação é validada por um conselho composto por representantes da sociedade civil e de órgãos públicos. E, além disso, a legislação ainda permite que haja manifestações contra ou a favor do tombamento.

E embora não seja a única forma de preservação, o tombamento impede, juridicamente, a demolição ou qualquer descaracterização do bem. Ele, não obrigado à desapropriação, pode ser alugado, vendido e inclusive, ter seu uso modificado. O que não se quer - e na verdade deveria ser proibido - é o abandono.

Abandono que é presenciado no edifício onde funcionou a Farmácia e Laboratório João Victal de Mattos que se localiza na Rua de mesmo nome ou mais popularmente conhecida como Beco da Pacotilha, nº141 no centro histórico de São Luís.

Essa antiga Botica, instalada em um sobrado que possivelmente data da primeira metade do século XIX, possui as características da arquitetura colonial portuguesa e certamente presenciou os tempos áureos ludovicenses.

Nela foram produzidos medicamentos manipulados cuja matéria prima são produtos naturais regionais, como a carnaúba, por exemplo.

Em 23 de junho de 1980, o laboratório foi tombado – como edificação isolada – sob os efeitos da Lei Estadual nº 3999. Inserido na zona de interesse federal adquiriu outro tombo pelo conjunto no qual está inserido e, além disso, faz parte do sítio nomeado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Sua relevância está bem amparada legalmente, mas apesar de toda essa proteção, atualmente encontra-se em progressivo estado de abandono.

Nos últimos 30 anos, algumas tentativas de recuperação foram realizadas, ou inicialmente pretendidas, mas nenhuma delas foi viabilizada. Fato que é bastante instigante, visto que ao mesmo tempo em que se mostra uma preocupação na busca pela sua preservação atualmente seu processo de degradação está cada vez mais evidente.

Dada a merecida relevância que lhe compete, atentando-se ao seu resgate histórico como monumento antigo, como o laboratório que outrora existiu e pelas tentativas frustradas de reabilitação dos últimos anos, o trabalho pretende compreender o porquê da inércia na qual ele se encontra.

Para tal é de suma importância tentar compreender o relacionamento dos órgãos patrimoniais com a comunidade alheia ao patrimônio e com aquela diretamente envolvida com ele.

Saber quais as amarras existentes dentro desses órgãos e até que ponto a sua rigidez é válida para a realização de benfeitorias no patrimônio. Fato que dificulta uma maior aproximação da população com essas instituições e, conseqüentemente, na preservação dos monumentos.

Percebe-se ainda que nunca o valor atribuído pelo grupo portador ao seu bem é o mesmo que foi atribuído pelas instituições. Fato inquestionável, mas que acaba ultrapassando os limites de cada um, um tendendo a fechar e ou a arbitrar. Conflito que além de gerar dissensos entre as partes, dada a essa luta empreendida por eles sobre quem deve possuir e interpretar o patrimônio, prejudica o imóvel e entrava sua conservação.

O sentimento de posse que existe e que é inegável ao detentor do direito de propriedade do bem, que é tombado, não pode fazer disso algo que lhe conceda a

permissão de deixá-lo abandonado. Deve-se sempre saber conciliar as duas coisas, o bem é patrimônio nosso, mas é particular a outro e ambos têm sua importância na preservação do bem.

## 2 PATRIMÔNIO COMO FORMA DE HERANÇA

“O patrimônio é antes de tudo o patrimônio dos povos e das gentes que lhe adstringem valor”. (Elsa Peralta da Silva)

Historicamente o termo tem origem do latim *pater*, que significa herança paterna. Vivas (2008) acrescenta que com a Revolução Francesa o termo passou a expressar os bens de uma pessoa ou de um grupo para representar o conjunto de bens da sociedade, dos cidadãos.

Patrimônio além de ser um legado que herdamos do passado e que transmitimos às nossas gerações futuras é principalmente, uma manifestação (artística ou histórica) que o indivíduo passa a identificar como seu. Ou seja, quando admite que em uma determinada época, em outra situação ou em outro lugar aquilo foi uma forma de representatividade sua e coletiva. Não se trata de um patrimônio institucional onde apesar de ser também um bem comum, não desperta nenhum sentimento de pertencimento, pelo contrário, não lhe desperta interesse algum de zelo, apenas de usufruto desregulado.

Segundo Silva (2000) o patrimônio é uma representação simbólica da identidade do homem em um determinado ‘lapso de tempo’. É um processo de legitimação cultural que imprime um sentimento de coletividade e de identidade. E foi esse sentimento que fez com que nascesse a idéia de patrimônio, pois na medida em que resgata um valor simbólico ele identifica o homem e a sua naturalidade.

Por isso, é de fundamental importância que haja essa idéia de pertencimento na população, para que além do valor que já lhe é agregado com o título, os bens patrimoniais sejam uma forma de perpetuação da cultura desse povo.

Ainda sob um olhar mais abrangente, Leonardo Castriola (2007), diz que o patrimônio deveria ser pensando como um patrimônio ambiental urbano. No mesmo entendimento:

Pensar na cidade como um ‘patrimônio ambiental’ é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos ‘excepcionais’, mas o próprio processo vital que informa a cidade. (CASTRIOLA, Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: modelos e perspectiva, 2007, p.5).



É comum, quando se fala em patrimônio, pensarmos apenas em edificações isoladas e esquecermos que na verdade, o monumento é apenas uma parte daquilo que envolve a questão patrimonial. O patrimônio, como forma de herança, não nos transmite apenas paredes, mas nos oferta paisagem e memória. Elementos que isoladamente contribuem para a compreensão de seu conceito e, portanto, importante estudar o sítio urbano, o patrimônio edificado e a memória de um patrimônio histórico.

## 2.1 Sítio Urbano

O sítio urbano é o solo onde se encontra inserido todos os elementos urbanos: as vias, monumentos e a paisagem. É nele em que são identificados todos os monumentos, o traçado das ruas e os passos das pessoas.

Neste campo, o tipo de objeto a ser protegido muda, passando do monumento isolado a grupos de edificações históricas, à paisagem urbana e as espaços públicos. [...], mas torna-se necessário, antes de mais nada, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações. (CASTRIOLA, Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: modelos e perspectiva, 2007, p.5)

Essa necessidade é acrescida ainda pela significação histórica do lugar, onde se inclui não somente o solo urbano, mas as tradições que outrora estiveram ali e/ou pelo valor do seu conjunto arquitetônico e paisagístico.

Pautada pela Carta de Veneza, a conservação do sítio deve ser pensada como uma forma de equilibrar a paisagem na medida em que há uma interrelação entre as edificações, o lote, os usos, a história, a paisagem e etc.

Além desta, existem outras cartas patrimoniais que relatam a importância dos sítios, como a Carta de Burra, onde afirma que eles por seu significado cultural enriquecem a vida das pessoas, refletem a diversidade das nossas comunidades, dizem quem somos e qual foi o passado que nos formou.

Carta de Burra advoga uma abordagem cautelosa às alterações: fazer tão pouco quanto seja necessário para cuidar do sítio e torná-lo utilizável, mas por outro lado, alterar tão pouco quanto seja possível para que o seu significado cultural fique retido (CARTA DE BURRA, 1999, versão renovada).

Merece ainda atenção especial, a preservação dos logradouros que fazem parte do círculo histórico da ocupação e do desenvolvimento do sítio. O que leva a manter, inclusive, o nome das ruas com o decorrer dos anos, pois assim estarão eternizados os episódios, as pessoas ou os feitos que esses arruamentos testemunharam.

E como forma de adaptação ao meio, o sítio não deve apenas restringir-se aos usos que teve anteriormente, é preciso levar em consideração a sua vocação. Preocupação esta que deve ser tida no momento do seu planejamento, não se pode intervir sem que haja essa preocupação, sem que se analise seu entorno e antecipe os efeitos que uma intervenção pontual pode exercer no sítio.

## 2.2 O patrimônio edificado

A integridade de um sítio urbano possui a mesma valia que a de um monumento isolado. Enquanto a primeira prima pelo conjunto e pela imponência do solo como abrigo e como fertilizador, a segunda, como elemento que compõe esse sítio, age singularmente e não menos imponente no quadro em que é focado.

O patrimônio histórico edificado é todo objeto arquitetônico ou urbano construído e que carrega consigo o testemunho cultural de grande relevância de uma determinada área sobre a evolução de sua população.

Carta de Veneza (1964) ampliou o conceito de monumento histórico: este, não restrito a exemplos isolados, seria estendido a todo conjunto representativo, mesmo modesto, testemunho de civilizações ou acontecimentos históricos. (VASCONCELLOS *et al.*, 2006, p.58).

As edificações por si só são testemunhas mudas, embora expressivas de um passado. Suas tipologias e plantas bem características marcam seu sítio como nenhuma outra escola de arte ou de arquitetura consegue fazer atualmente.

É possível reconhecer cada época da civilização através da arquitetura. Fato que justifica a importância de se preservar as edificações que tiveram e terão participação na história do crescimento da cidade. Entretanto, o reconhecimento da importância do valor cultural de um bem pelas instituições, conforme Azaro (2007) afirma com muita propriedade, “dependerá de suas características, sua história e o valor afetivo que ele exerce sobre a população”.

## 2.3 Memória

Somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos.

Walter Benjamin

Educação, Cultura e Patrimônio Histórico, ou seja, memória são os ingredientes vitais para a formação de uma nação e para a determinação do seu estágio de civilização e desenvolvimento social. Assim, através dela se torna mais singular a forma de o povo exercer sua “humanidade: audível na língua que fala ou na forma que canta, visível nas coisas que faz; observável, nos seus modos peculiares de conduta [...]”(RIBEIRO,1986, p.2).

O valor simbólico carrega consigo um significado cultural que lhe é inerente, a partir do momento em que se faz perceber sua importância sobre o objeto. Ou seja, assim como as edificações e o sítio urbano recebem o título de patrimônio simplesmente por sua condição material, por ser um objeto físico e palpável, é preciso que se aceite “que esses bens conotam determinadas significações” (FONSECA, 1997, p.38), que se tornam indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, reforçando ainda mais os sentimentos de pertencimento.

Assim como uma infância pode vir à tona com o cheiro de um sabão em pó ou uma xícara de chá, toda uma cultura pode brotar dos ângulos formados por algumas linhas (DE BOTTON, 1969, p.94)

Nas nossas lembranças guardamos recordações de ordem sensorial: o barulho, os cheiros e as cores, por exemplo. Nesse momento, segundo Michael Pollak, integramos em nossos próprios sentimentos elementos de particularidade e de identificação. Assim:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK,1989, p.3).

Entretanto, algumas manifestações destroem-se e desaparecem esgotados na sua funcionalidade e no seu significado. E é nesse ponto em que se faz importante conhecer e principalmente valorizar as tradições, aceitando-os inclusive, como seu patrimônio.

Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite melhor perceber-se até que ponto a memória coletiva desses grupos tomam as imagens espaciais.(tradução nossa) <sup>1</sup>

A destruição do patrimônio cultural acarreta a destruição da memória. Destruição que leva a sérios problemas para a identidade do grupo social envolvido. Preservar a identidade histórica significa que ao mesmo tempo em que se busca salvar o passado, declara-se partidário da continuidade do novo, para que o mesmo sirva de alimento tanto para o presente quanto para o futuro. “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (JACQUES LE GOFF, 1980).

Embora conscientizar seja o primeiro passo a ser dado, as ações intervencionistas e o amparo legal são os meios que de fato tornam real as intenções preservacionistas. Portanto, é preciso conhecer suas formas e suas distinções.

---

<sup>1</sup> Les habitudes locales résistent aux forces qui tendent à les transformer, et cette résistance permet le mieux d’apercevoir à quel point, em de tels groupes, la mémoire collective prend son point d’appui sur des images spatiales.(HALBUACHES, 1950, p.87)<sup>1</sup>

### 3 A PROTEÇÃO INSTITUCIONAL E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO

Existem três posturas em relação ao patrimônio nas quais devemos focar e principalmente, distingui-las: **tombamento, conservação e reabilitação**.

A preservação trata-se de ações voltadas para a proteção de um bem cultural na sua totalidade, retardando a sua deteriorização, por meio de instrumentos legais. Segundo a Carta de Burra, redigida pelo ICOMOS (1980), a preservação é a “manutenção no estado de substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada”:

Artigo 11º - A preservação se impõe nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação sob outra forma.

Artigo 12º - A preservação se limita à proteção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem (CARTA DE BURRA, 1980).

O ato de preservar transcende a condição material do bem, alcança também o imaterial, mantendo a identidade do passado, a vivência do presente é a construção dos valores a serem preservados no futuro.

Entre vários instrumentos de preservação, como o inventário, o registro, as leis de planejamento urbano, o tombamento é o mais conhecido e amplamente utilizado. Segundo Leonardo Castriota (2007), no Brasil pertencer ao patrimônio vai ter, ao lado de um significado cultural, um significado jurídico quase único, de que preservar se identificava, quase automaticamente, como tombado”.

Para proteger os bens materiais, como as formas de expressões celebrações e modos de fazer é aplicável o inventário e registro, através de descrição, de fotografias, filmes, gravações e vídeos. Quando se trata de preservar os bens materiais, como imagens e pinturas, documentos, edificações, praças, largos e jardins, são aplicáveis o registro, inventário, o planejamento urbano e o tombamento. (BOGÉA *et al.* 2005, p.31)

#### 3.1 Tombamento

O instrumento de preservação mais utilizado pelo poder público é o tombamento. Ele é um ato administrativo que objetiva preservar, por intermédio da lei, bens de valor

histórico, cultural, arquitetônico e ambiental, impedindo que venham a ser descaracterizados ou pedidos ao longo dos tempos.

O tombamento se faz importante porque é através dele que se pode manter preservado o interesse da comunidade. Ele preserva na medida em que legaliza as medidas de proteção e impede juridicamente que se faça ao contrário. O tombamento permite com que o Estado seja o responsável pela tutela do bem e pela salvaguarda dos interesses coletivos.

Inserido no Brasil na década de 30 pode-se perceber que há um claro domínio do poder estatal sobre esse instrumento de preservação.

No caso brasileiro, este modelo tem sido o dominante desde o estabelecimento institucional das políticas de patrimônio, nos anos 30, até os dias de hoje, apesar do discurso dos órgãos e agências estatais absorverem retoricamente as novidades trazidas pela experiência internacional. (CASTRIOLA, Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: modelos e perspectiva, 2007)

Segundo a Constituição de 1988, o tombamento pode ser realizado tanto pela União, quanto pelos Estados e Municípios, e que através dele, segue uma hierarquização quanto a relevância do bem, se é de interesse, nacional, estadual e municipal.

As entidades envolvidas são: **IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), **DPHAP-MA** (Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão) e **FUMP** (Fundação Municipal do Patrimônio Histórico).

É importante que se saiba também que o tombamento não é um ato autoritário, sua aplicação é feita através de uma análise criteriosa que permite, inclusive, a livre manifestação dos interessados contra ou a favor do tombamento. Além disso, ele não desapropria o bem, e não tira o direito de propriedade, ele apenas impede que esse direito seja usado de forma indevida, como a demolição e a descaracterização.

Um bem tombado ainda pode exercer toda e qualquer função, desde que não o agrida fisicamente, ele pode ser alugado, vendido, reformado e mudar de uso conforme a vontade do proprietário.

### **3.1 Conservação**

O conceito de conservação é de uma forma geral a defesa do ambiente. Um ambiente que se preocupa com o espaço vital natural e com o espaço vital coletivo desenhado pelo homem no decurso da sua existência.

A conservação é no que se refere aos bens culturais, um termo abrangente que define medidas cabíveis para a manutenção ou, se for o caso, o restabelecimento físico do monumento, ou do bem. Ela usa de forma racional as potencialidades, sem que haja uma exploração, “hoje, traduz-se como desenvolvimento sustentável” (VASCONCELOS *et al.*, 2006, p.61).

Conservar é defender. Defender envolve paixão ou no mínimo, consciência simbólica do objeto. Conservar requer conhecimento e amparo técnico e legal para sua realização. Portanto, os dois não podem ser desassociados. Pois somente assim pode-se preservar para as gerações vindouras a história humana e sua identidade cultural.

Segundo Andrade, a conservação de um sítio urbano é justificada quando este constitui uma criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução.

Obra coletiva que unifica e harmoniza, com os traços expressivos do estilo nacional, as obras individuais integradas em seu conjunto, a conveniência de preservar a integridade do sítio é motivada pelo o que ele representa como produção valiosa e de espécie particular no acervo universal dos bens culturais. (ANDRADE,1987, p.81)

A idéia de conservação surge principalmente por causa da deteriorização. Esta por sua vez, possui inúmeras causas e processos que requerem atenção, como as ligadas a fatores econômicos e humanos.

Quando as condições econômicas que foram determinantes para a formação de um sítio, ou mesmo quando elas não foram as fundadoras, mas deram vida a esse espaço, em um determinado momento entram em colapso ou até mesmo deixam de existir é quase inevitável o empobrecimento da comunidade local. E se não houver fatores, novos suficientes no sentido de neutralizar ou atenuar esse empobrecimento da comunidade afetada a deteriorização e seu arruinamento serão fenômenos inestancáveis, e produzirão conseqüentemente, efeitos graves para a sua conservação.



Figura 1 - Av. Magalhães de Almeida e Praça João Lisboa à esquerda  
Fonte: Galdêncio Cunha (1908)



Figura 2. - Av. Magalhães de Almeida e Praça João Lisboa à esquerda  
Fonte: Emiliano Homrich (2009)

Existem também fatores humanos que causam a deteriorização do sítio e da edificação. Mas esses não se referem apenas aos maus tratos e ao descaso com o bem, mas fatos que inclusive, antecedem esses a eles como: “a deserção prolongada de grande número de habitantes e a pobreza da parte restante nos lugares” contribuíram e continuam a contribuir para a ruína de setores extensos das áreas a proteger. Isso ocorre tanto nas edificações de uso comercial quanto nas de uso residencial, onde abandonados



pelos seus donos, ficam a mercê do tempo e de suas intempéries muita das vezes ocasionados principalmente pela falta de recursos dos proprietários para mantê-las.



Figura 3- Postal da Praça João Lisboa antigo Largo do Carmo. Vista a partir do cruzamento entre a rua Afonso Pena e a Rua João Vical.

Fonte: acervo do Museu de Artes Visuais, 1904



Figura 4 - Av. Magalhães de Almeida, 2009

Fonte: Arquivo Pessoal

A estagnação ou até mesmo a falência de empreendimentos comerciais, assim como das atividades profissionais outrora florescentes, levam não somente à deteriorização física e à migração da comunidade para outros logradouros, mas a perda material de seu mobiliário que também é um patrimônio nosso e que representam nossas épocas passadas, assim como a forma de se vestir, de pôr a mesa para jantar, de receber visita, de produzir medicamentos, de expor mercadoria e etc...

Concomitante a isso as ações humanas em prol do desenvolvimento e da modernidade acabam introduzindo no sítio antigo mudanças desrespeitosas às suas estruturas, como por exemplo: o alargamento das ruas, a instalação de redes de transmissão de energia elétrica, substituição das edificações antigas pelas novas e a exigência crescente de áreas para estacionamento.

A experiência tem, aliás, mostrado que, na grande maioria dos casos, os danos produzidos como decorrência da reabilitação econômica da região são mais graves que os estragos causados pela ação do tempo e pelo abandono. Isso porque, enquanto o ritmo destes é paulatino, as mutilações – geralmente desnecessárias – a pretexto do progresso e a “modernização” mal compreendida, ocorrem de modo intempestivo num lapso de tempo surpreendentemente curto e são, por sua natureza mesma, irremediáveis. (ANDRADE, 1987, p.84).

Quando se fala em preservar, significa que por trás dele há um conjunto de atos destinados a garantir a permanência física (do edificado e do sítio) e simbólica (a memória).

A importância da defesa e da conservação do patrimônio assenta dentre muitas outras, em razões históricas. “Os monumentos traduzem um projeto político-cultural de uma época” (JOSÉ, 2000, p 9.) e refletem a história de uma sociedade pluralista com edificações luxuosas, modestas casas rurais e inclusive, estabelecimentos fabris. Todas elas relatando uma história particular, entendidos como testemunhos materiais do passado, ricos de informação e que necessitam manter seu valor de antiguidade intacto, mas inserido na topologia contemporânea, através de “um diálogo criterioso com o moderno, com os novos usos, as exigências socioculturais” (JOSÉ, 2000, p 10.) e as conseqüentes transformações.

Ao preocupar-se com a defesa e não com a agressão do meio ambiente e com qualidade de vida dos cidadãos, requalificando as construções segundo suas novas necessidades, a conservação do patrimônio integra de forma positiva o feito ao objetivo: restaura e conserva.

Constata-se então que todas as importâncias citadas para a conservação voltam sempre para o mesmo ponto: a cultura. Logo, o seu principal objetivo é a consolidação das marcas culturais protagonizadas pelos tempos.

O homem necessita de continuidade histórica para evoluir, é a sua tradição que o enraíza. Continuidade essa, que pode ser percebida “não somente nos monumentos, como artefatos culturais antro-po-históricos” (JOSÉ, 2000, p.12), mas na sua lembrança histórica de vida natural (fauna, flora, ar, água etc.) e dos seus componentes ambientais como a paisagem.

Hoje, falamos de defesa e de conservação do patrimônio não como uma simples exigência intelectual da moda ou uma onda de retorno nostálgico ao passado, ambas de temporalidade efêmera, mas com irrefutável, espírito de identidade pátria que urge disseminar, com convicção atuante, pelos cenários quotidianos da política cultural, como agentes potenciais e de moralidade pública. (JOSÉ, Virgolino Ferreira, 2000, p.10).

Um prédio histórico carrega consigo uma série de peculiaridades, de hábitos e de situações nos quais viveu. Ele é prova de que os homens vão, mas deixam rastro, suas obras ficam para contar a sua história.

### **3.2 Reabilitação**

A idéia de conservação ainda não se liga de imediato à idéia de desenvolvimento das áreas conservadas. Porém, não se consegue desvinculá-lo da idéia de reabilitação.

Preocupar-se somente com questões visuais, arquitetônicas ou históricas não perpetua o bem, não lhe atribui vida, apesar de conservá-lo, é preciso que haja uma preocupação com a funcionalidade e com o seu uso.

Segundo a Carta de Lisboa, 1995, a reabilitação deve requalificar através de intervenções que valorizem as potencialidades sociais, econômicas, e funcionais a fim de que através dela possa ser melhorado a qualidade de vida da população, mantendo sua identidade, mas instalando equipamentos que visem maior conforto. Ela ainda acrescenta que a nível de edifícios, a reabilitação recupera e beneficia em prol da modernização, resolvendo anomalias construtivas.

Reabilitação Urbana – É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mas mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito; revitalização urbana [...] (CARTA DE LISBOA, 1995).

Outra Carta patrimonial que trata desse assunto é a Carta de Amsterdã, onde faz uma ressalva para a função econômica da reabilitação e trata quase que exclusivamente sob o ponto de vista do financiamento e as políticas públicas. Desde o Congresso de Amsterdã de 1975 reconhece-se a importância da manutenção e incremento da função econômica das áreas protegidas. Assim ela diz:

A reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.

Um bom exemplo desse modelo é a cidade de Salerno (Itália), onde foi feito um plano sócio-econômico que pudesse primeiro se preocupar com a “questão da marginalidade econômica” e implantar melhorias urbanas que fossem assimiladas aos poucos pelos habitantes. Outros como a cidade de Bologna, e o “Projeto Estratégico de Reabilitação Integrada de Barcelona” são recuperações em centros históricos para o uso residencial com forte subvenção estatal.



Figura 5 –Salerno (Itália).  
Fonte:[http://www.disat.unisa.it/Laboratori/lab\\_sigot/homepage.php](http://www.disat.unisa.it/Laboratori/lab_sigot/homepage.php)



Figura 6-Vista aera de Bologna (Itália)  
Fonte :<http://melkot.com/mechanics/bologna>

Tendo em vista tudo o que foi apresentado, segue agora um capítulo particular do trabalho. Será destrinchado todo o resgate histórico do Laboratório e Farmácia João Victal de Mattos seguindo a mesma lógica do apuro conceitual dos capítulos anteriores, seu sítio, sua edificação e sua memória.

#### 4 FARMÁCIA E LABORATÓRIO JOÃO VICTAL DE MATTOS

LOCALIZAÇÃO: Rua João Victal de Mattos, 141;

TOMBAMENTO: Decreto 7.665 de 23/06/80, publicado no Diário Oficial de 27/06/80.

Inscrição nº 16 no Livro do Tombo às fls. 04 em 13/11/80.



Figura 7 – Farmácia João Victal de Mattos, 1987  
Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN

##### 4.1 O sítio

A Farmácia e Laboratório João Victal de Mattos situa-se no centro da cidade de São Luis, dentro de um sítio de grande valor histórico. Ele se encontra no perímetro da área titulada pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade e da área tombada pelo IPHAN como zona de interesse histórico e artístico nacional.

A edificação situa-se na esquina entre a Rua da Palma e o Beco da Pacotilha, ou mais especificadamente, rua João Victal de Mattos nº 141, continuação da Rua Grande.

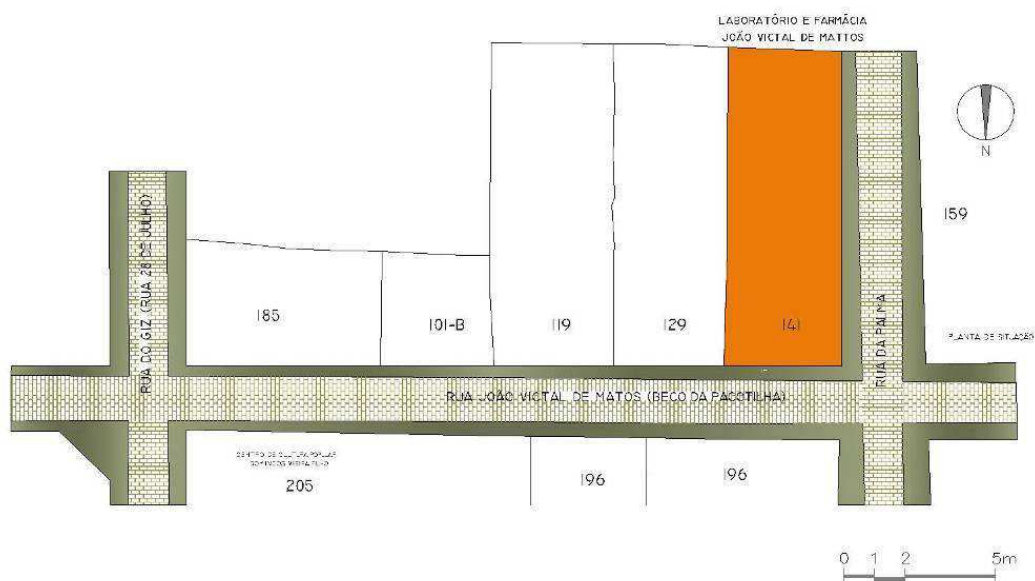

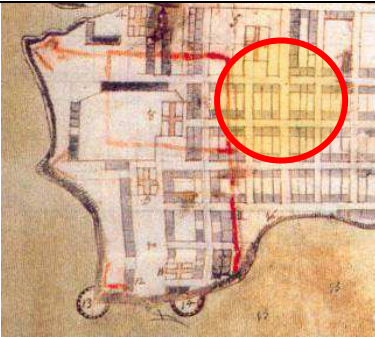



Figura 8 - Planta de Situação – Farmácia e laboratório João Victal de Mattos

É importante que se mostre que o sítio na qual o bem se encontra é de suma relevância para a história da cidade já que o mesmo fez parte dos primeiros caminhos abertos para o crescimento da *urbe*. Tendo em vista que em 1612 os franceses deram início à ocupação do sítio, cinco anos depois foi tomado pelos portugueses e já no ano seguinte ele foi modelado segundo a maneira espanhola de urbanizar - através do traçado de Frias de Mesquita – percebe-se que o arruamento em foco existe a partir de então. Embora a planta de Frias tenha sido perdida, é possível perceber traços da urbanização da época na planta de São Luis elaborada pelos holandeses, por ocasião da sua invasão no período de 1641-1644 (IPHAN, 2006).

		
<p>Figura 9 O sítio estudado - São Luís - 1641-1644</p>	<p>Figura 10- O sítio estudado - São Luís 1789</p>	<p>Figura 11- O sítio estudado - São Luís 1844</p>

Quando se fala em cidade, percebe-se que ela nada mais é do que a casa das realizações humanas, nela depositamos o conhecimento em forma de matéria, palpável como as ruas, os edifícios, os objetos e tudo que possa ser criado, e se não houvesse mais nada que pudesse ser deixado para a posteridade e que pudessem traduzir o homem, suas obras guardariam e manteriam o relato de uma época.

Desta forma é que pesquisando o sítio, inclusive através da origem toponímica de um logradouro, desvendamos o passado e os hábitos das pessoas que viviam ali.

Rua João Victal, Beco do Quebra-Bunda ou Quebra-Costa e Beco da Pacotilha são os nomes que foram atribuídos ao logradouro no qual a Farmácia João Victal de encontra. A primeira titulação foi em homenagem ao pioneiro da indústria farmacêutica no Maranhão, o Sr. João Victal de Mattos.

Na esquina do Largo do Carmo com a Rua Formosa (Afonso Pena), o chamado *Canto Grande* tinha logo no seu começo “um plano inclinado transversalmente, que só dava passagem por um estreito desfiladeiro encostado ao lado das casas da mão esquerda de quem vai para o referido largo” (MARQUES, *apud*. LIMA, 2002, p.179). Entretanto, mesmo com os cortes do engenheiro Pereira Lago para diminuir a topografia e suavizar a declividade, o tráfego continuou perigoso e o beco recebeu os apelidos de Quebra-costas e Quebra-bunda.

Quanto a Pacotilha, a mesmo foi denominada por nela haver um prédio azulejado, bem de esquina, onde funcionou o jornal de mesmo nome durante o século XIX.



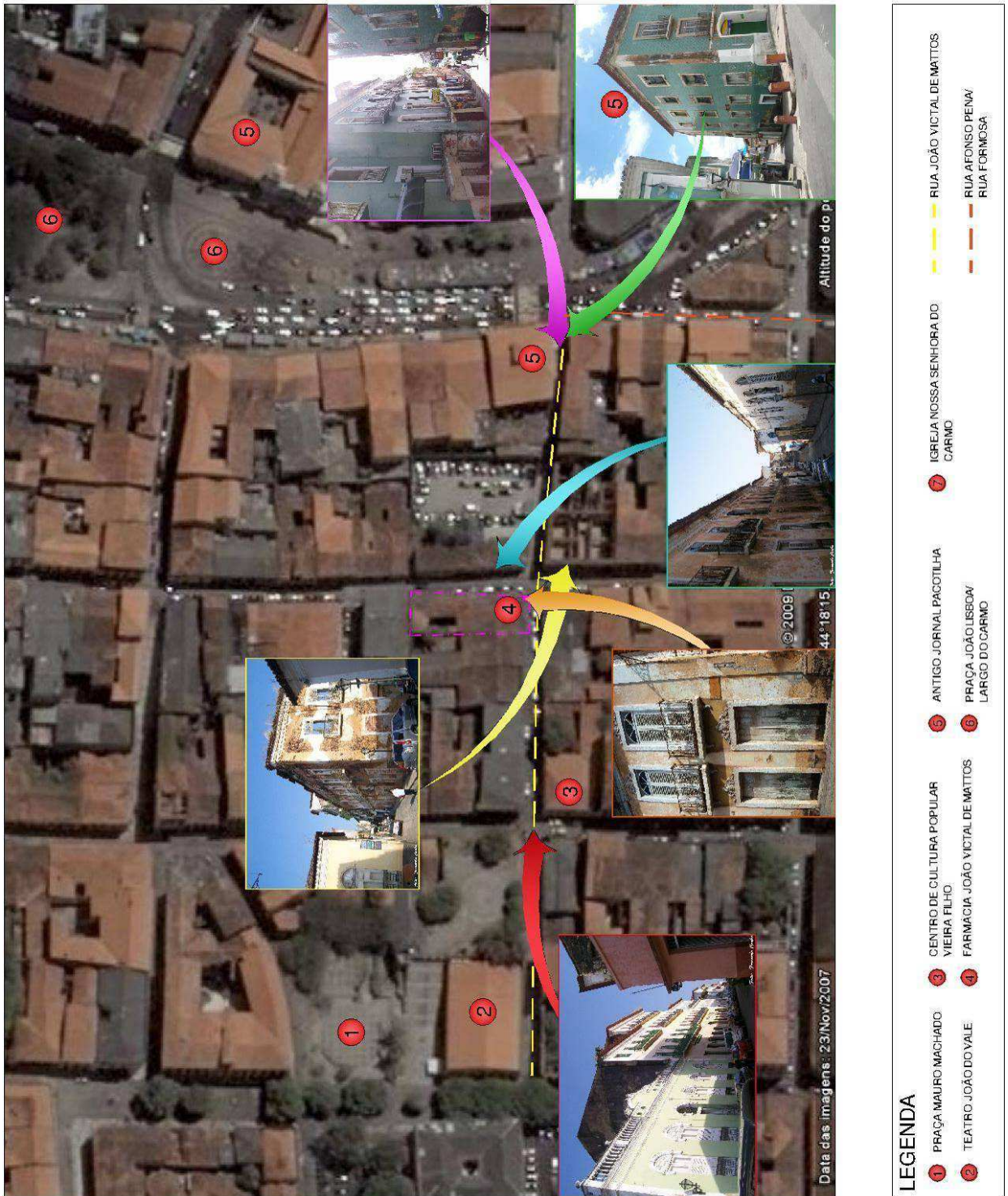


Figura 12– Vista aérea da Rua João Vical

## 4.2 A edificação

### 4.2.1 Tipologia Arquitetônica

Um belo sobrado avarandado oitocentista de dois pavimentos e porão que funcionou como comércio e habitação será a edificação estudada.

A fachada principal é simétrica com portas e janelas rasgadas confeccionadas em madeira pintadas, vedando vãos com vergas retas, e com sobrevergas decoradas com arabescos em massa. As janelas possuem bandeiras fixas com vidro coloridos. Arrematando a fachada, beirais de beira seveira em dupla camada suportados por cimalha também em massa.



Figura 13– Janelas, sacadas e portas da fachada principal  
Fonte: <http://www.panoramio.com/>

No nível do pavimento superior, as portas de segurança (externas) são providas de sacadas isoladas com bacia em cantaria sobre cachorros em argamassa, contendo em sua parte inferior buzinotes metálicos. Os guarda-corpos das sacadas em gradil de ferro, arrematados por peitoril em madeira.

Na fachada lateral, as janelas são guarnecidas de gradil de ferro trabalhado entalado nos vãos.



Figura 14 – Sacada com pedra de lioz e guarda corpo em ferro  
Fonte: Processo de Inspeção, 2005 IPHAN

O partido arquitetônico retangular apresenta-se atualmente em forma de “O”. Sua distribuição espacial dos cômodos prevalece o uso, no térreo, do vestíbulo central, (hall de escada) e duas salas dispostas de cada lado no corpo principal (garagem e salas comerciais da farmácia).

O vestíbulo central desempenha a função de distribuição aos diversos setores da edificação. Também a sala de refeições, mais reservada, acumula a função de circulação. Os cômodos comunicam-se diretamente entre si, com o vestíbulo e com o correr – circulação superior que contorna a fachada interna, delimitando o pátio interno.

No corpo principal situam-se além do vestíbulo, os aposentos nobres e a sala de visitas, voltados para o logradouro público, a alcova central e a varanda voltada para o pátio interno de serviços

No corpo secundário localizam-se no pavimento superior, duas alas laterais (oeste e leste) ou correr. De um lado, estão três salas ou alcovas e de outro o banheiro. Ao fundo encontra-se a cozinha. No pavimento térreo estão os cômodos destinados à fabricação e comércio de medicamentos, bem como, a garagem adaptada em uma das duas salas localizadas do lado direito do vestíbulo central. Os cômodos deste setor se

interligam através de arcadas e se separam por cancelas de madeiras torneadas delgadas e polidas



Figura 15 - Sala do térreo, arcada ao fundo com a cancela de madeira  
Fonte: Processo de Inspeção, 2005 IPHAN

#### 4.2.2 Resgate Histórico

O prédio pertenceu primeiro a João José de Lima, onde se fabricava um chocolate afamado depois foi adquirido pelo Capitão José d'Abreu Sobrinho e somente a partir deste por João Victal de Mattos.

A escritura, segundo relatório da Fundação João Pinheiro, data de 1891, entretanto, a mesma instituição relatou que o prédio foi adquirido em 1885, pelo Sr. Mattos. Levando em consideração a sua tipologia arquitetônica e seu sítio, conclui-se que sua construção data da primeira metade do séc. XIX, quando São Luis vivia seu apogeu econômico.

Foi nesta edificação que teve início a “Farmácia e Drogaria João Victal de Mattos e Irmão”, tornando os Mattos no mais tradicional fabricante de medicamentos populares de São Luis por quase um século.

Acredita-se que o primeiro acréscimo do prédio tenha sido por volta de 1891 e 1900, período em que foi quitado o imóvel, pois em 1901 já estaria instalada no devido anexo, uma tipografia do próprio laboratório, editando o “Almanack Maranhense”. Nessa época, o porão e o pavimento térreo abrigavam o laboratório e o pavimento superior residia a família Mattos.

Segundo relatório da Fundação João Pinheiro (1979) a tipografia da Farmácia Mattos, não executava todos os serviços gráficos: parte da clicheteria era feita na Tipografia Teixeira e parte em Paris, na “Typ. Aillaud, Alves & Cia”.

Em 1912 o prédio dispôs de luz própria gerada através de uma central elétrica de procedência francesa, a primeira da cidade.

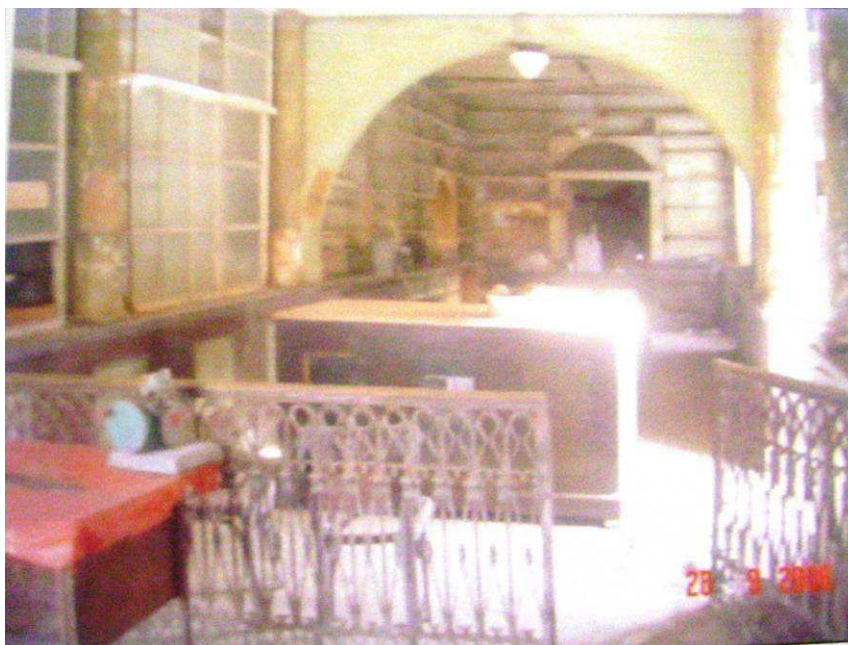


Figura 16 – Guarda corpo em ferro e a recepção. Destaque para a máquina de arrolhar sob a escrivaninha a esquerda da foto.

Fonte: Processo de Inspeção, 2005 IPHAN



Figura 17 – Recepção da Farmácia  
 Fonte: Processo de Inspeção, 1996 IPHAN

Outra curiosidade, acerca do laboratório, é que ele foi o primeiro a admitir mulheres como funcionárias, fato até então inédito em São Luis.

Com a morte de João Victal de Mattos em 1925, Abeylard Mattos assume o lugar do irmão e, com sua morte, a casa foi passada a sua esposa, Ariadne Evarinta de Mattos, esta por sua vez a deixou em testamento ao sobrinho, criado por ela e por João Victal, Tancredo Segundo de Mattos.

Durante a gestão de Tancredo Segundo de Mattos mais precisamente no ano de 1934, segundo Zaide Mattos, foi edificada toda a ala oeste no interior do pátio, correspondendo atualmente à ala das instalações sanitárias, além de um passadiço de acesso, no pavimento térreo. Ao que tudo indica data desta época a substituição de parte das guilhotinas do pátio interno por folhas de abrir. Ainda dessa época, de acordo com a proprietária, são os pisos em tabuado claro-escuro do pavimento superior. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979)

Em 1967, com o falecimento de Tancredo Segundo de Mattos, Zaide Mattos, sua filha e atual proprietária do imóvel passa a administrá-lo e inicia uma série de reformas. É nesse período em que ela une duas das portas laterais da fachada principal, para o acesso de carro. Em 1968 é concretado o piso da sala dos fundos do pavimento térreo. No ano seguinte, o pequeno terraço feito por Tancredo Segundo de Mattos ao lado das instalações sanitárias do pavimento térreo foi fechado para a ampliação do banheiro. Nesse mesmo ano foi concretado o piso da sala dos fundos do pavimento superior.



Figura 18 - Ala comercial do antigo Laboratório João Victal de Mattos, 1982  
 Fonte: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão, 1998, p.40



Figura 19 - Sala superior da parte residencial do Laboratório João Victal de Mattos, 1982  
 Fonte: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão, 1998, p.39

Em 1978, Zaide de Mattos fez a última reforma, quando concretou o piso do corredor e o passadiço de acesso aos sanitários do pavimento térreo.

Apesar da descaracterização ocorrida com o passar do tempo, adaptada às necessidades de uso, a edificação manteve-se usável com as peculiaridades arquitetônicas de cada época, porém necessitando de agenciamento no sentido de se identificar, no tempo e no espaço, mais claramente, às diversas etapas construtivas e ainda de proceder-se à valorização dos elementos de permanência. (FUNDAÇÃO PINHEIRO, 1979)



Figura 20 – Descaracterização da abertura para garagem realizada pela proprietária  
Fonte: Processo de Inspeção, 2005 IPHAN

Com base em todos os aspectos apontados, além de pertencer à zona de proteção federal (1974) e estadual (1986) e está na área inscrita pela UNESCO como Patrimônio Cultural (1997), a Farmácia João Victal de Mattos foi tombada como edificação isolada sob os efeitos da Lei Estadual nº 3999, (ver anexo 01). Portanto é inegável a sua importância e a urgência de medidas estanques contra a deteriorização pela qual a edificação se encontra.

Porém, nosso interesse não se deve apenas pelo resgate das suas funções materiais, mas por aquilo que a construção nos diz e como suas “combinações de pedra, aço, concreto, madeira e vidro parecem capazes de expressarem – e podem em raras ocasiões nos dar a impressão de estarem falando sobre coisas significativas e emocionantes” (DE BOTTON, 1969, p.78), ser a nossa memória de amanhã.

### **4.3 A memória do ontem e a realidade de hoje**

A antiga Botica traz consigo a história dos métodos farmacêuticos. Medicamentos regionais, com matérias-primas da terra e rótulos e embalagens sofisticadas elaboradas na França. Tratava-se de uma Farmácia magistral, dedicada a produzir medicamentos sob receita e que chegou a ser, até meados da década de 70, reproduzidos e amplamente vendidos em toda a região Norte e Nordeste, chegando, inclusive até Brasília.





Figura 21 – Propaganda do Elixir de Carnaúba  
Fonte: Livro Álbum do Estado do Maranhão (1923)

O Sr. João Victal de Mattos, homem rico, viajado e culto, inventou várias fórmulas que fizeram época como a famosa “Tintura Preciosa” e o “Elixir da Carnaúba”.



Figura 22 – Propaganda dos Produtos da farmácia  
Fonte: Livro Álbum do Estado do Maranhão (1923)

Apesar de bem amparada legalmente, esse monumento encontra-se em abandono e em progressivo estado de deteriorização. Instiga-nos bastante saber até que ponto podemos ficar inertes ao tempo. Até onde conseguimos respeitar o que não nos é de direito, mas que nos foi deixado como legado. A história, apesar de ser abstrata concretiza-se quando edificada, com pedra e cal ou mesmo com aço e titânio, e mesmo quando é manuseada como no artesanato, pintada nas telas e degustada.

Preservar é lembrar daquilo que lhe é interessante, daquilo que lhe agrada. Entretanto, não se pode lutar contra políticas de preservação intolerantes e abusivas. Sem o maior respeito com as partes envolvidas, o tempo age sobre nossas cabeças sem pedir passagem, enquanto nós os homens, nos preocupamos em disputar quem tem mais poder e quem assume o controle.

Um exemplo bem claro disso é a farmácia em questão. A inflexibilização dos órgãos protetores e a falta de iniciativa da proprietária deixaram o monumento em total abandono. Sem uso, sem reforma e sem proteção, mas repleto de tombamentos. Hoje o imóvel encontra-se fechado e apagando-se cada vez mais em relação aos demais. Há quem passe por ele e não o perceba. Veja as imagens abaixo retratando-o em datas diferentes, a primeira mais recente e a segunda na década de 80.

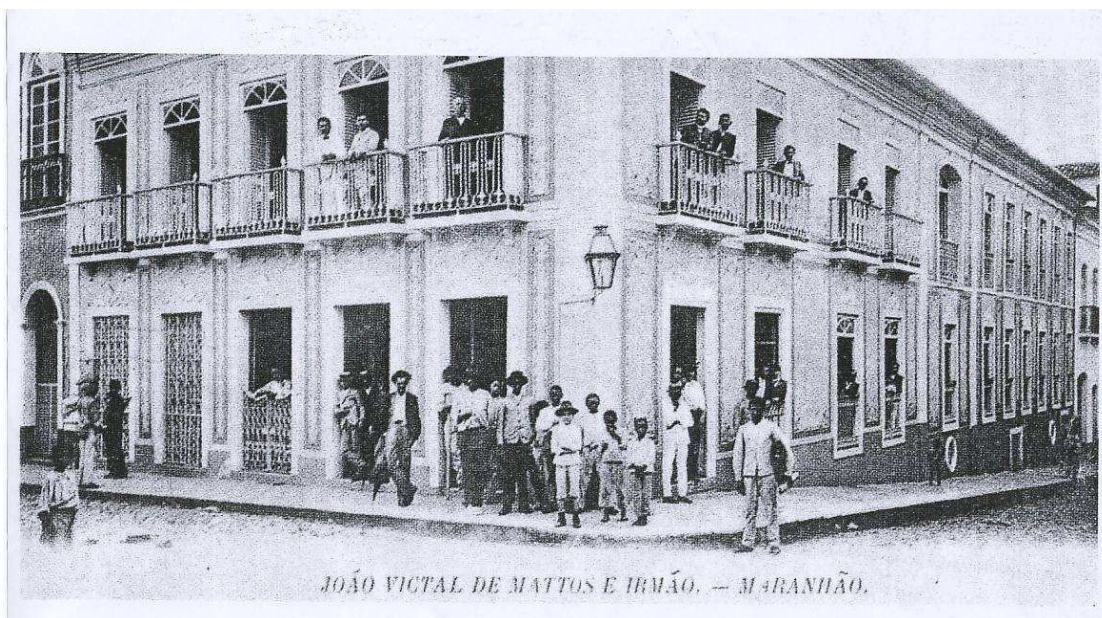


Figura 23 - Laboratório e Farmácia João Victal de Mattos (1901)

Fonte: Desconhecida



Figura 24 - Laboratório e Farmácia João Victal de Mattos (1986)  
Fonte: Bens tombados no Maranhão (1986)



Figura 25 - Laboratório e Farmácia João Victal de Mattos (2009)  
Fonte: Arquivo pessoal

É lastimável que se permita que apenas o tempo aja sobre o imóvel. Que simplesmente se feche as portas e que se vetem as intervenções propostas.

Quando são elaborados projetos de incentivo à preservação, o alvo ou é a comunidade ou os proprietários dos bens de interesse. Mas se esquecem da imensa necessidade

de capacitar os profissionais envolvidos para eles possam atender as necessidades dos proprietários e serem mais sensíveis quanto aos seus questionamentos.

Ora, de que adianta projetos grandiosos que não consigam suprir as necessidades dos principais interessados? Será que não é mais vantajoso permitir um revestimento cerâmico no piso que presenciar o seu completo abandono?

Isso se chama inflexibilização. Essas amarras presentes nas instituições patrimoniais só levam à insatisfação, que pode prejudicar ainda mais o seu relacionamento com a população. Sua rigidez impossibilita uma aproximação e impede que haja maior confiança. Pelo contrário, o que se presencia são acusações, indicações de empecilhos e justificativas para a estagnação. Que política é essa que trabalha sobre sete cadeados e impõe mais outros sete para que a comunidade faça parte dela?

A resposta é simples: é uma política de abandono. Não apenas por parte dos agentes públicos, mas pelos próprios moradores, locatários e proprietários que em um determinado momento cansam de sentirem que aquilo não lhe pertence, e que ele é um bem estatal onde não se pode interferir. Com isso, a saída mais comumente utilizada perante essa situação é o descaso e o abandono porque *”... parece que não é meu mesmo...”*.

Entretanto, nem todas às vezes, o bem é abandonado somente pelos seus proprietários, infelizmente, há situações em que as próprias instituições patrimoniais são entraves para a viabilização de propostas, ou até mesmo para a sua execução. Vejamos o seguinte capítulo.

## 5 TENTATIVAS DE RESTAURO

Os usos são de fundamental importância para a permanência dos edifícios. Não se pode querer fechar suas portas, trancafiá-los e permitir que eles passem a serem vistos apenas como uma peça de museu. É necessário inseri-lo no cotidiano, dar-lhe vida.

Desta forma se evita com que os centros históricos se transformem em cenários, onde não se poderá mais ressuscitar a sua vida urbana. E embora seja de grande importância para a continuação do legado arquitetônico que foi herdado, os programas de restauração são cada vez mais difíceis de serem atingidos. Quando o problema não é simplesmente a inviabilidade orçamentária, o descrédito eminente dos proprietários perante o poder estatal reflete inclusive nas instituições patrimoniais e impedem a conservação dos monumentos na medida em que não há concordância entre as partes, e o maior entrave nesse caso é a própria ignorância: técnica e social dos envolvidos. Técnica, por a comunidade em geral desconhecer as medidas de intervenção propícias e social, por os agentes patrimoniais, não estarem preparados para atender e compreender a relação do particular com o bem.

Da mesma forma, com a descaracterização ocorrida com o passar do tempo, adaptada às necessidades de uso de cada época, a Farmácia João Victal ainda mantém sua tipologia arquitetônica, porém necessitando ainda de um agenciamento que há muito tempo vem sendo solicitado, conforme relatório da Fundação João Pinheiro.

[...] a edificação manteve-se usável com as peculiaridades arquitetônicas de cada época, porém necessitando de agenciamento no sentido de se identificar, no tempo e no espaço, mais claramente, as diversas etapas construtivas e ainda de proceder-se à valorização dos elementos de permanência. Sem capital de giro e sem administração empresarial atualizada, o velho laboratório tende a encerrar suas atividades, não obstante o mercado existente se mostre auspicioso à continuidade de sua linha de medicamentos. Tal situação é motivo de preocupação da proprietária, cujo desejo de continuar com a atividade farmacêutica e de preservar a edificação com todos os seus pertences (mobiliário, biblioteca, porcelanas, cristais, prataria e objetos de uso doméstico e do laboratório) [...] (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979)

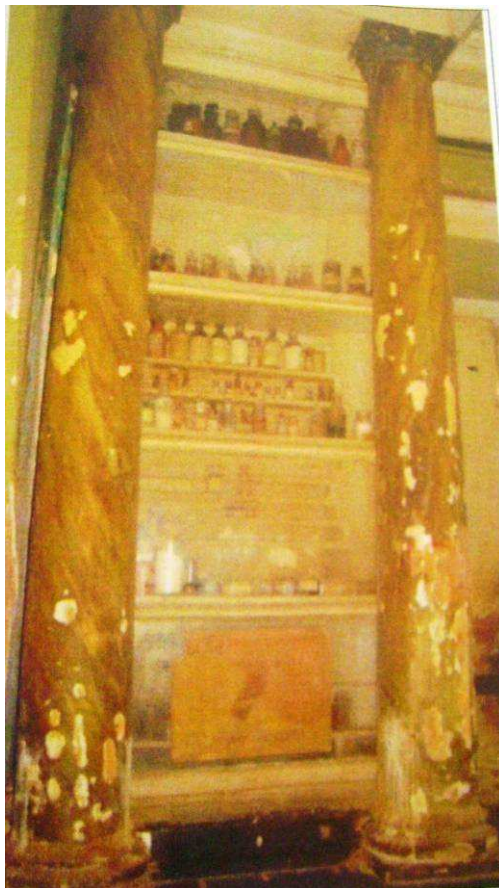


Figura 26 - Estante na recepção onde se encontram os químicos importados  
Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005

A Sra. Zaide Mattos, proprietária do imóvel, ciente das necessidades pelas quais ele necessitava buscou inúmeras vezes tentar financiamento para o seu restauro, mas infelizmente foram infrutíferas. Segundo depoimento colhido de Phellipe Andrés, temos:

Há cerca de 30 anos, quando Aluísio Magalhães nos visitou pela primeira vez, foi procurado pela proprietária que era funcionária da UFMA. Ele sentiu logo a importância do acervo. Na época, a farmácia já estava fechada há um bom tempo, mas ainda havia potes antigos, vidros e rótulos interessantes, assim como cristais e estantes de madeira. A empresária disse que havia pleiteado um empréstimo no Banco para fazer a restauração. Imediatamente Aluísio desaconselhou a medida, alertando-a para os riscos das altas taxas de juros que, desde sempre as instituições bancárias cobram. Por acaso eu presenciei este diálogo entre os dois. Ao mesmo tempo, talvez empolgado com a descoberta de um patrimônio tão interessante e raro, ele levantou a possibilidade de conseguir os recursos através do SPHAN. Mais tarde (alguns seis anos após) assisti esta senhora falando horrores da instituição e do próprio Aluísio que então havia falecido. (ANDRES, entrevista em 27.03.2009)

A sra. Zaide Mattos ficou revoltada com o não cumprimento do prometido, pois ao seguir os conselhos do então diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães, ela não fez o empréstimo e o recurso prometido nunca saiu. “[..]. o que foi verdade, Aloísio nunca conseguiu viabilizar a tal verba prometida, então o prédio se arruinou mais ainda e ela o culpou pelo infortúnio.” (ANDRÉS, entrevista em 27.03.2009). Segundo ele:

[...] quem conheceu Aloísio saberia que ele era incapaz de algo que não fosse para o bem. O fato é que daí em diante esta senhora nunca mais quis saber de conversar com o pessoal do Patrimônio Histórico e o prédio permaneceu para sempre fechado e provavelmente se estragando por dentro”. (ANDRES, entrevista em 27.03.2009)

No início dos anos 70 o arquiteto Olavo Pereira da Silva realizou um projeto de restauro da edificação, por iniciativa de Aloísio Magalhães e apoiado pela Fundação João Pinheiro (MG), que, segundo o próprio autor, foi inviabilizada “parte porque a proprietária queria que a garagem continuasse na frente e não na lateral, mas também pela indefinição de recursos”. (DA SILVA, em entrevista no dia 23.06.2009)



Figura 27 - Vista Frontal do Laboratório João Victal de Mattos  
Fonte: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão, Silva F., 1998, p.44

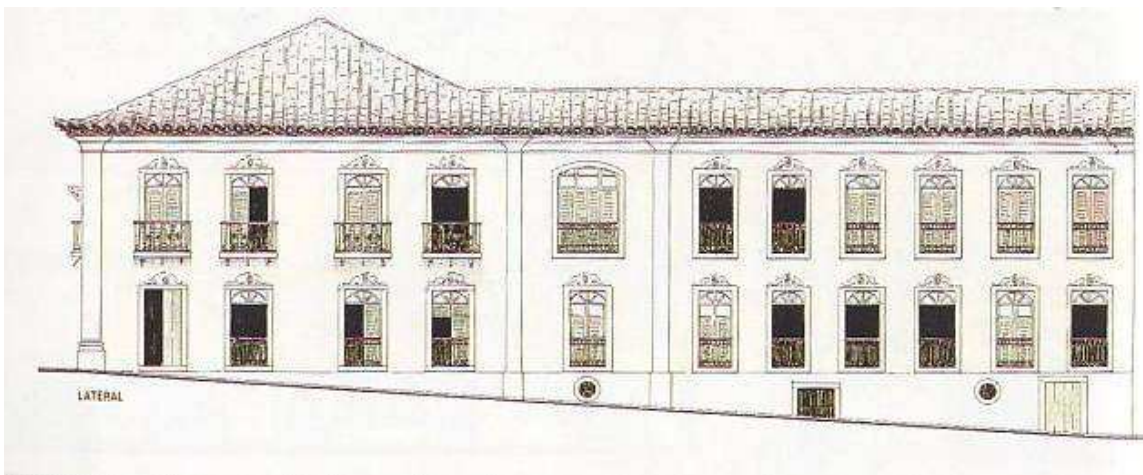


Figura 28 - Figura Vista Lateral do Laboratório João Victal de Mattos  
 Fonte: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão, Silva F., 1998, p.44

Segundo projeto de Olavo, o porão ficaria restrito para depósitos (álcool, vidros e materiais de limpeza), para o engarrafamento e para a entrada e distribuição de matérias-primas.

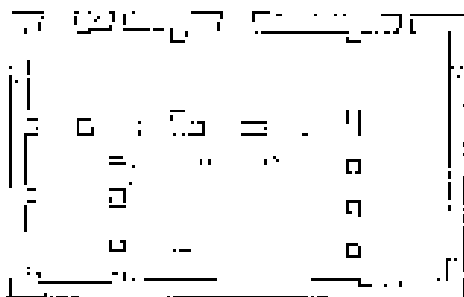


Figura 29 - Planta baixa – Porão  
 Fonte: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão, Silva F., 1998, p.44.

O térreo continuaria a abrigar a área comercial, com um amplo atendimento e várias salas com pequenas especificidades como rotulagem e empacotamento. E o pavimento superior, com a ela residencial, abrigaria todo o setor íntimo, a biblioteca, sala de jantar e a cozinha.



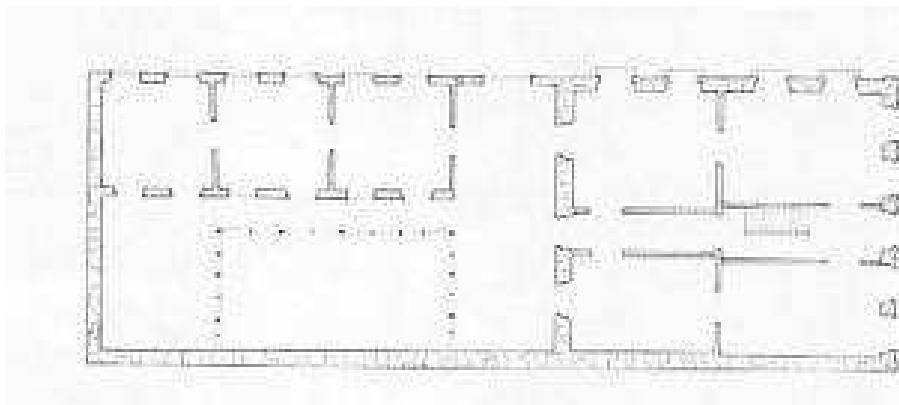


Figura 30 - Planta baixa – Térreo

Fonte: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão, Silva F., 1998, p.44.

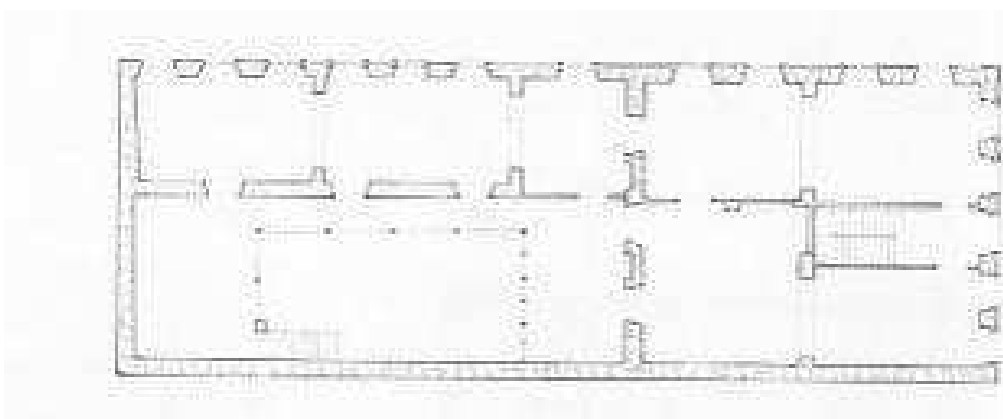


Figura 31 - Planta baixa – Pavimento Superior

Fonte: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão, Silva F., 1998, p.44

Tendo em vista que a proposta apresentada por Olavo Pereira é de inquestionável respeito aos valores patrimoniais e que as suas soluções projetuais foram bem elaboradas para suprir as necessidades - da época - dos moradores.

A proposta de Olavo constitui basicamente no restauro e na permanência do uso. O que interessava muito para a proprietária, cujo seu maior interesse era preservar as práticas farmacêuticas de sua família.

Dezesseis anos depois surge uma nova proposta, entretanto já não tinha o mesmo intuito daquele pretendido por Olavo. O arquiteto Raphael Pestana se propôs a reabilitar a mesma edificação, lhe atribuindo um novo uso que atendesse a fins sociais. (Ver anexo 2). Embora, não tenha sido realmente efetuada, a proposta pretendia transformar o prédio em uma oficina que pudesse educar e aproximar a comunidade com o poder público na defesa do patrimônio. Perfeito! A proprietária não concordou.

Depois disso, com o imóvel cada vez mais abandonado, a vegetação crescia e os entulhos só aumentavam. E embora a tomada de providências fosse emergente a

inércia continuou predominando. Prova disso são as notificações que foram enviadas à proprietária pelo IPHAN, sem que houvesse resposta imediata. (Ver anexo 2)

Indaga-se por que até os dias de hoje esses projetos nunca foi realizado e a edificação continua com os mesmos problemas de antes, embora agravados com o tempo.



Figura 32 - Alvenaria de taipa de pilão  
Fonte: Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005

## 5.1 ANÁLISE DOS FATOS

Cientes das tentativas de restauro e principalmente do seu insucesso, surge um questionamento: se é de comum acordo a relevância do casario e da urgência que há muito se presencia para a sua reabilitação, por que a inoperância frente a essa situação?

De um lado temos a rispidez de quem ao longo dos anos só obteve decepções com os órgãos patrimoniais e do outro, a ingerência das instituições que não sabem contornar tal imagem. Como proceder nesse momento?

O antigo laboratório encanta os olhos de quem o conhece e de quem já o conheceu, desde Aloísio Magalhães (na época de sua visita à São Luis) até ao flanelinha que trabalha nas mediações do edifício. Ambos com conhecimentos e percepções

diferentes, mas que convergem para a apreciação da beleza monumental escondida pela deteriorização.

[...] acabado assim a gente nem percebe que esse casarão é tão bonito, mas se a Srta imaginar como ele era antigamente... aí a senhora vai sacar na hora que eu tenho razão. (Sr. Careca, depoimento colhido em 23.05.09)

Quando se elabora propostas, independentemente da sua finalidade, não pode ater-se apenas no conhecimento técnico, é necessário conhecer e apreender o espaço envolvido a partir da visão de seus vizinhos. E quando se é o detentor de um bem de valor histórico não se pode permitir que seus interesses pessoais interfiram de forma negativa sobre ele. Assim sendo, o monumento se torna um objeto de disputa de interesses e de ressentimentos, não mais um alvo de intervenções, sejam elas arquitetônicas, paisagísticas ou urbanísticas.

Observou-se no decorrer do trabalho que existem, na farmácia em questão, essas duas atitudes. A proprietária do imóvel, descontente e magoada com o fracasso do projeto de financiamento que lhe foi prometido, tornou-se incrédula com qualquer ação que venha em nome das instituições patrimoniais ou até mesmo sobre questões preservacionistas. A senhora, inclusive, atribuiu a culpa de sua falência e a cessão da produção dos medicamentos aos órgãos patrimoniais, que por falta de investimento para o restauro obrigaram-na a fechar seu estabelecimento.

Foi com muito ressentimento que a Sra. Zaide Mattos conversou ao telefone conosco. Mostrando-se totalmente indisposta para colaborar com a pesquisa em questão e principalmente em permitir o acesso à edificação. Talvez não por má vontade, mas por estar cansada de tanto ouvir propostas infrutíferas.

Havia na edificação, apesar de seu precário estado de conservação, elementos originais de mobiliário e equipamentos domésticos, inclusive documentos que poderiam contribuir para o conhecimento de nossa tradição farmacêutica (ver anexo 3), que segundo a proprietária não existem mais. Vejam as seguintes imagens abaixo.



Figura 33 – Químicos importados de origem Alemã  
Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005

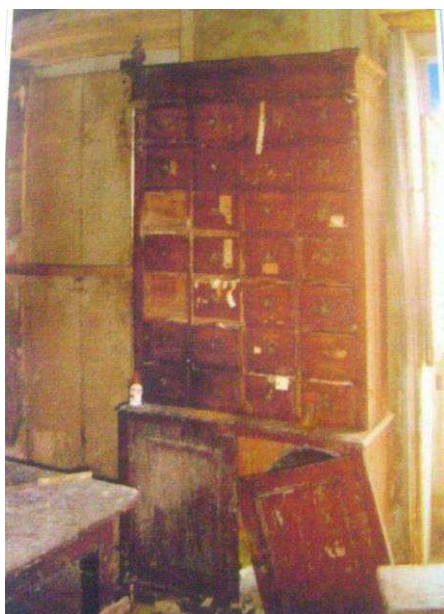


Figura 34 - Móvel localizado em uma das salas do térreo  
Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005



Figura 35 – Frasco existente do Elixir da Carnaúba  
Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005

Instiga-nos entender por que há esse relacionamento tão conturbado entre a proprietária e os agentes patrimoniais, até que ponto chega o poder de cada um sobre o imóvel.

Os fatos mostram total dessincronia entre eles, entretanto não se pode somente culpar a ambos. Deve-se ater principalmente na conduta e no percurso que as instituições patrimoniais seguem. Ora, o problema observado não é singular a São Luis, à Farmácia e nem à proprietária, e se esse mesmo problema é detectado em outros casos, o agente comum a eles deve ser analisado com maior rigor, não apenas com sua relação direta com os proprietários, mas suas ações frente ao patrimônio.

## 6 OS IMPASSES DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

A importância da preservação, da conservação e principalmente do respeito aos bens patrimoniais, independentemente de serem tombados ou não, ainda enfrenta muitas dificuldades na caminhada rumo à proteção e promoção desses bens, apesar de todo o trabalho para a divulgação do patrimônio, como bem de valor cultural.

O que se percebe é que há claramente uma disputa de interesses entre diferentes agentes, mas com um mesmo alvo, que é de posse de um, e que também é gerenciado (como patrimônio) por outro, ambos disputando pelo domínio do intangível e só aumentando os entraves para a conservação.

Empecilhos que vêm de todos os lados, inclusive dos órgãos que se intitulam protetores, mas acabam amarrando ainda mais as propostas intervencionistas e distanciando a comunidade, inclusive os proprietários, das decisões e das ações em prol de seus interesses.

A rigurosidade com que se trabalha com patrimônio é totalmente contraditória quando se conhece a fundo a importância da preservação. Leis draconianas conotam muito mais imposições que norteamentos, distanciam e desagradam a sociedade civil permitindo com que a noção de “legado universal” que deve ser atribuída ao bem desapareça

Hoje, apesar de já ser um tema bastante divulgado, a preservação precisa chegar próximo do indivíduo particular, daquele que, mesmo não morando em cidades históricas saiba o que ela significa e se interesse por ela. O problema é que discursos preservacionistas estão presentes somente em rodas específicas e elitizadas apenas por intelectuais, políticos e pela elite cultural. A população local só aparece quando está interessada em resguardar suas conquistas particulares e seus elementos afetivos.

Segundo VARGAS et al, (2006,p.37) “organizações como a UNESCO ampliaram a preocupação com a preservação em escala mundial, [...] das áreas históricas como parte integrante do cotidiano”, mas ainda assim é necessário que se faça uma reeducação, falta popularização. Se fosse implementada uma política forte de educação patrimonial e de noção e identidade os resultados seriam extremamente vantajosos para a cidade. Essa conscientização extrapolaria as particularidades que o proprietário possui sobre o bem e o próprio abuso patrimonial de que se servem muitas dessas instituições. Ela chegaria ao cidadão que, alheio a esses interesses, sejam eles

econômicos ou políticos, se preocuparia muito mais em manter aquilo que fez parte de sua história como homem. Ele exigiria medidas desinteressadas e tão pouco permitiria o abandono.

A sra. Zaide Mattos, proprietária do imóvel, apesar de ser conhecedora da importância preservacionista que é atribuída a todos os monumentos, assim como no de sua propriedade, mantém-se neutra a toda e qualquer proposta em prol da conservação da edificação. Ela não fez questão alguma em mantê-la em bom estado de conservação, muito menos ativo. Prova disso é que desde sua saída definitiva do edifício, ele se encontra fechado e com seu mobiliário ainda nos cômodos (Figuras 37, 38, 39).

Talvez ou essa seja a forma que ela encontrou de preservar (embora falha), ou é a forma de protestar contra a instituição federal. Mas a questão principal é descobrir porque uma proprietária de um patrimônio histórico prefere adotar essa postura a colaborar com propostas de restauração dos órgãos responsáveis pela preservação deste patrimônio.



Figura 37 - Foto de mobiliário existente como o piano

Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005



Figura 39 - Utensílios pessoais remanescentes  
Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005

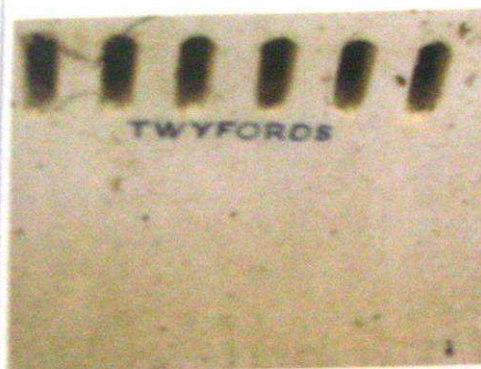


Figura 40 – Louça de origem inglesa  
Fonte: Processo de Inspeção, IPHAN, 2005

Essa postura é reflexo da falta um bom relacionamento e, principalmente, confiança entre a comunidade e os órgãos protetores. Se, todavia, houvesse uma boa comunicação e entendimento entre os envolvidos, haveria interesse e disponibilidade de ambos em operar positivamente sobre os imóveis, evitando assim sua deteriorização e abandono.

Quando se trabalha com estruturas inflexíveis e que tendem exclusivamente para a não colaboração, jamais haverá um consenso entre as partes e as ações protecionistas irão ficar a mercê de incompatibilidades de interesses. Decerto, não se deve menosprezar anos de estudo e de experiência na qual os responsáveis por essas instituições possuem, entretanto não se pode esquecer que há, muito mais que um bem de interesse coletivo, mas sobretudo um sentimento de pertencimento e de propriedade legal que está em jogo nessa relação. Imposições e impedimentos não conservam, apenas aceleram seu esquecimento. Veja o depoimento:

Por isso é que você vê, aqui no centro, as casas caindo. Na Rua dos Afogados a casa<sup>2</sup> caiu. Eu sinto uma tristeza, por que ali era um lugar que a gente morava e tudo agora está tão abandonado. A Rua dos Afogados é a pior, até a Rua do Alecrim está mais ou menos, mas ali está terrível. A Rua dos Afogados está triste, horrível. E as pessoas não podem fazer nada porque é *patrimônio*, então deixa cair. (apud VENÂNCIO, 2002, p.88 )

A inflexibilidade e a falta de entendimento fazem parecer que o proprietário realmente é um inimigo e o principal responsável pela situação na qual o imóvel se encontra,

<sup>2</sup> Esse casarão ficava na Rua dos Afogados, esquina com Rua de Santaninha. Desabou depois de anos de abandono, obstruindo a rua por alguns meses (VENÂNCIO, 2002).



torna-o vilão da história e esquece que se há um reconhecimento perante o estado que o bem é de interesse coletivo, se torna, inclusive, de interesse coletivo a responsabilidade de preservá-lo ou de ao menos exigir a sua preservação. Mas o que se percebe segundo as entrevistas de VENÂNCIO (2002, p.90), é que há uma distinção entre o que é patrimônio e o que é morada, “em outras palavras, o patrimônio é deles (das instituições patrimoniais), mas a casa é nossa (proprietários)”.

Nesse ponto surge mais uma contradição do conceito de patrimônio na interpretação dos proprietários. Para eles o patrimônio não é um título, mas um agente do poder estatal que quer controlar suas casas. E ainda acrescentam que dessa forma, deveria ser de total responsabilidade do Estado assumir o ônus da preservação, já que ele muito cobra e nada faz.

Falta individualidade, respeito e aproximação dos órgãos patrimoniais com a comunidade, sem isso, todas as suas ações serão vistas como políticas de interesse do poder público e não coletivo, nunca pensando no proprietário e no seu conforto. O que pouco a pouco vão inviabilizando ainda mais a permanência daqueles que ainda resistem em continuar nos centros históricos.

E não é somente isso. O sistema é tão fechado em si e, burocraticamente desnecessário com relação à sociedade civil que acaba dando a entender, que eles não são guardadores dos bens de interesse comum, mas sim, administradores políticos. Não se fala em arte, em memória e nem em representações sociais, mas na fiscalização, e na gestão urbana.

Uma gestão urbana às aversas cabe ressaltar. Isso porque a forma em que essas instituições acabam gerindo o patrimônio é tão autoritária e inflexível à conotação que eles têm, que se esquece por um segundo que o alvo em questão é a nossa história e um bem que nos foi deixado como herança. E embora todo esse sentimento seja coletivo, a individualidade não pode ser esquecida e o limite entre o que é público e o que é privado não pode ser ultrapassado

O valor que o bem tombado possui para seu proprietário é diferente daquele que ele exprime para a comunidade, como edificação, como sítio ou como memória. Para seu portador, seu significado está nas suas lembranças pessoais e diretas, de convivência ou de relatos intimamente ligado a ele.

A proprietária da antiga Farmácia é um exemplo do que foi dito. O imóvel passou por toda a sua família, e a mesma Farmácia foi herdada por cada um de seus

antepassados, todos continuando o feito do Sr. João Victal, todos habitando no mesmo local.

Quando se conhece tal fato, se torna mais fácil entender o porquê da relutância da portadora em dar um novo uso ao imóvel, mais isso não acontece quando ela permite com que o mesmo fique simplesmente fechado e trancafiado com seu mobiliário. Falta sensibilidade. Dela, em perceber que desta forma ela não preserva e que com o seu atual estado de conservação a farmácia irá desaparecer inclusive do imaginário popular. E dos agentes patrimoniais que não sabem como agenciar seu poder em prol do patrimônio e dos interesses dos proprietários, isso porque a valor que o imóvel exerce sobre os seus antecede o que ele exerce sobre a comunidade. É preciso que haja sincronia desses valores individuais e coletivos. Isso é conservação.

## 7 CONCLUSÃO

Não basta estarmos de posse dos conhecimentos de uma dada manifestação cultural, é necessário que se perceba até onde e como ela interfere na comunidade e até que ponto a própria comunidade interfere nessas manifestações.

O prédio da Rua João Victal, esquina com a Rua da Palma, nº 141, não foi apenas o sobrado oitocentista que abrigou a Farmácia e o Laboratório João Victal de Mattos & Irmão, sua a farmácia não foi somente o mais tradicional laboratório de medicamentos populares de São Luis, mas ela é a herança legal e de direito da Sra. Zaide Mattos, sobrinha-neta, do Sr. João Victal.

Portanto, não se pode querer anteceder a importância cultural que o bem exerce sobre a comunidade, àquela que exerce sobre os seus portadores. Para a Sra. Zaide Mattos o prédio está repleto de lembranças e de momentos vividos entre as paredes grossas desse antigo edifício.

Esse conjunto de significados não é somente uma herança coletiva, ele também é particular e individual, e como tal, deve ser respeitado, porém não abandonado. O que está sendo feito pela sua proprietária, apesar de toda sua importância e do legado emocional que ele carrega para ela, o seu abandono foi a única medida na qual ela pensou após o insucesso do restauro pretendido por ela. O problema é que tal medida afeta o nosso interesse como cidadão e é nossa obrigação reclamar medidas, mas sem usurpar poderes que não nos compete.

Conhecer as políticas de patrimônio é a melhor forma de compreender como a idéia de patrimônio é incorporada em suas ações. Ações que muitas vezes inclinam-se para fins específicos e nem sempre democráticos quando dificultam intervenções e propostas que são desenvolvidas para a requalificação do bem. Detém-se a detalhes de revestimento ou cor de alvenaria que em nada interferirão na sua importância cognitiva.

E quando essas ações envolverem a comunidade elas serão legitimadas como aquilo que lhes agrada, que lhe representa e que lhe respeita. Ao contrário do que se observa hoje, com imposições e rígida legislação que estão bastante distantes da realidade da comunidade. Ou seja, o processo de gestão patrimonial gerenciado pela sociedade civil parece apontar para caminhos mais promissores de forma a evitar o abuso patrimonial vigente nos dias de hoje.

Os conflitos deflagrados a partir das práticas patrimoniais são decorrentes da falta de comunicação e entendimento entre os agentes e os proprietários. Ambos irredutíveis perante suas próprias vontades. Dissensos que têm origem nesses desacordos, e principalmente pelo sentimento de apropriação que as instituições fazem existir e que acaba expropriando quem é por direito, detentor da propriedade.

O que não podemos aceitar é que interesses pessoais, políticos e econômicos sobressaiam sobre os interesses coletivos. Com uma gestão compartilhada, políticas públicas urbanas em sítios históricos e programas de educação patrimonial a comunidade estará mais próxima do que se refere a patrimônio, principalmente das suas políticas.

A história, que nos é determinante para o próprio autoconhecimento permeia todo o processo de legitimação que nos é agregado com o passar do tempo. O sentimento de posse e de pertencimento não está relacionado apenas nas coisas palpáveis, está naquilo em que ele nos reflete. Se as nossas lembranças são nossas, nem o tempo esvai, pelo contrário, ajuda a perpetuá-las, tornando-as mais doces. Guardá-las a sete chaves, só agrada a si mesmo, e não permite que outras pessoas sintam o mesmo cheiro, mas apropriar-se de um que não lhe pertence e tê-lo como se o fosse, é insulto. Não se questiona, a propriedade das lembranças que a proprietária possui, é dela e é um legado de sua família. Lamenta-se pela irredutibilidade em querer dispor dos feitos de sua família, para a comunidade. Mostrar a todos quem foi João Victal de Mattos dar-lhe vida na boca das pessoas e ser lembrado.

De herança à patrimônio, esse também é o nosso legado.

## REFERÊNCIAS

BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares; PESTANA, Raphael Gama (Orgs.). **Centro histórico de São Luís, Patrimônio Mundial**. São Luís: 2005, p. 58.

**Carta de Burra**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/australia/burra.html>>  
Acessado em: 10 mai. 2009.

CASTRIOLA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas**. Disponível em:  
<<http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/d23192f049e13a93838d.pdf>>.  
Acessado em 23 de jun de 2009.

CHOAY, Françoise. **Françoise Choay et les cas de Lisboa**. 1º de maio de 2003. Paris: Courrier International.

DE BOTTON, Alain. **A arquitetura da Felicidade**. 2 ed. Rocco. Rio de Janeiro: 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ - IPHAN, 1997, p. 316.

HALBWACHS, Maurice. **Les pierres de la cité**. In: **La mémoire collective**. 2 ed. Paris: Les presses universitaires de France, 1950. p. 83-88.

IPHAN, **Livro álbum do estado do Maranhão, destinado a propaganda comercial**. São Luís, 1923.

IPHAN. **Carta de Burra**. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>> . Acessado em: 09 ago 2009.

\_\_\_\_\_. **Carta de Veneza**. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acessado em: 09 ago 2009.

JORGE, Virgolino Ferreira. **Patrimônio e Identidade Nacional**. Disponível em:  
<[http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/num9/pag\\_5-12.pdf](http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/num9/pag_5-12.pdf)>. Acesso em 09 ago 2009.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís: (ruas, logradouros e prédios históricos)**. São Paulo: Editora Siciliano, 2002. p. 244.

**LIVRO álbum do Estado do Maranhão**. Belém: Belém Graphica amazônica, 1923.

LOPES, José Antonio Viana Lopes. **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. São Luís Island of Maranhão and Alcântara: an architectural and landscape guide.** Ed. Bilíngue. Sevilha: Junta de Andalucía Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivenda. 2008. p. 448.

MARQUES, Márcia Tereza Campos. **Condições de habitabilidade no Centro Histórico de São Luís – MA:** estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e de atividades incompatíveis. 2002. p. 91 (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

MARTINS, Ananias. **São Luís - Fundamentos do Patrimônio Cultural, séculos XVII, XVIII e XIX.** São Luís: SANLUIZ, 1999. p. 92.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** In: FLAKSMAN, Dora Rocha (tradutora). Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989. p. 3-15.

RELATÓRIO DE PESQUISA REALIZADO PELA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte, MG, 1979.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. “**Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo**”. Revista Projeto, São Paulo, nº 86, p. 59-63, 1986. Disponível em: <[http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtemanelson\\_carlos.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtemanelson_carlos.pdf)> Acesso em 07 ago 2009.

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural.** ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>>. Acessado em: 09 ago 2009.

SILVA F., Olavo Pereira. **Arquitetura Luso - Brasileira no Maranhão.** 2 ed. Belo Horizonte: Convênio Ministério da Cultura, Governo do Estado do Maranhão, Unesco e Agência Brasileira de Cooperação, 1998. p. 252.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva (org.). **Cidade históricas; inventário e pesquisa:** São Luís. Rio de Janeiro, IPHAN, 2006. v. 85. Edições do Senado Federal.

VIERA F., Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís.** 2 ed. São Luís, 1971.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Orgs.). **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados.** Barueri: Manole, 2006. p. 280.

VENÂNCIO, Marluce Wall de Carvalho. **As razões, as paixões e as contradições de morar no lugar histórico.** 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

Urbano). Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

**ANEXOS**



## ANEXO 1 – DECRETO DE TOMBAMENTO DA FARMÁCIA



ESTADO DO MARANHÃO

DECRETO N.º 1665 DE 23 DE JUNHO DE 1980

DISPÕE sobre tombamentos de prédios.

O Governador do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Estadual nº 3.999, de 05.12.78, e mais o que consta da Resolução nº 016/80 de 13 de maio do ano em curso, do Conselho Estadual de Cultura,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam tombados, para os efeitos da Lei Estadual nº 3.999, de 05.12.78, os prédios coloniais localizados à Rua João Vital de Matos nº 141; à Rua 23 de Julho, nº 235 nesta Capital.

Art. 2º - Por força deste Decreto, os imóveis de que trata o artigo anterior serão inscritos no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural do Maranhão, de conformidade com o disposto no Art. 2º da Lei acima referida.


Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE JUNHO DE 1980, 159º DA INDEPENDÊNCIA E 92º DA REPÚBLICA.

*[Handwritten signature]*


1500-80  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## ANEXO 02 – NOTIFICAÇÃO À PROPRIETÁRIA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**  
RUA DO GIZ, N.º 235 – CENTRO.  
CEP: 66010-680 / SÃO LUÍS-MA  
TELEFONE: (98) 3231.1388 / FAX: (98) 3221.1119

IPHAN/3ªSR  
Processo nº 01940001/2005-78  
Fl. nº 09  
Servidor:   
Matrícula SIAPE nº 22799

**NOTIFICAÇÃO N.º 17/2005**

1. Notificado: ZAÍDE MATTOS  
2. Imóvel: Rua de João Vital nº 141 – Quadra 65, Centro São Luís/MA.  
3. Condição do Imóvel: Bem Tombado Federal

4. Natureza da Intervenção: SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO

5. Considerando que o imóvel em questão está sob especial proteção federal, o ato praticado se constitui em ilícito, com fundamento nos artigos 17 e 18 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, se impõe a ordinária conservação do mesmo por parte de V.Sa.. Assim sendo, o Superintendente Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no uso de suas atribuições legais, determina:

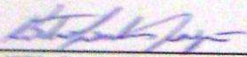
a apresentação imediata de projeto de intervenção.

x ] comparecimento do notificado ou seu preposto, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e regularização da situação junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através da apresentação do respectivo projeto para análise e parecer técnico.


] comprovação, devidamente fundamentada, com relação à impossibilidade econômica financeira para prover as obras de conservação e reparação.

6. O não atendimento a presente, ou a não comprovação consiste de insanidade financeira junto ao IPHAN, significará ainda a livre vontade e a plena consciência de V.Sa. em praticar **CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL**, na modalidade omissiva, através da progressiva destruição de bem especialmente protegido por lei, portanto, em detrimento deste patrimônio nacionalmente protegido, contra o meio ambiente cultural, e especialmente tipificado no artigo 62 da Lei nº. 9.605, de 12/02/1998, sem prejuízo de eventual modalidade culposa já praticada, conforme decorrente apuração pela Polícia Federal e conseqüente responsabilidade a cargo do Ministério Público Federal.

São Luís, 02 de agosto de 2005

  
\_\_\_\_\_  
Katia Santos Eugêa  
Superintendente Regional  
3ª SR/IPHAN

Ciente em 05/03/2005

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Notificado


**ANEXO 3 - FOLHETO COM PROPAGANDA DE PRODUTO DO LABORATÓRIO**

# Xarope Anti-leucorrhoeico

APPROVADO PELO INSTITUTO SANITÁRIO FEDERAL, ANALIZADO PELO LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISES E DEC. DO GOVERNO GERAL.

GRANDE DIPLOMA DE HONRA

Instituto Agrícola Brasileiro **GRANDE PREMIO** -Exposição Internacional do Centenario da Independencia do Brasil **PRIMEIRO PREMIO** Festa Comemorativa da Fundação da Capital de S. Luiz do Maranhão, Medalha de Ouro na Grande Exposição Nacional do Rio de Janeiro, Medalhas de Prata nas Exposições Universaes e Internacionaes de S. Luiz (America do Norte) e Bruxellas, ( Belgica) Primeiro Premio Festa Popular do Trabalho em Maranhão e Menção Honrosa na de Turim-Roma.

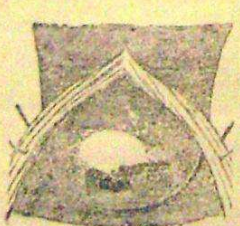


PREPARADO PELO PHARMACEUTICO  
**JOÃO VICAL DE MATTOS**

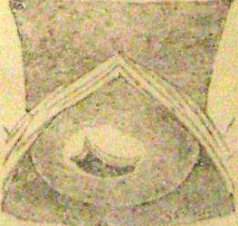
Poderoso medicamento para combater eficazmente a **LEUCORRHEA** (Flecos brancas) purgações antigas e recentes.

## A Leucorrhéa

ão commum no nosso clima não é propriamente uma molestia, e um sintoma constante, que se manifesta em todas as idades da mulher, em consequencia de inflamação da mucosa uterina, quer seja devido ao seu estado constitucional fraco, irregularidade do utero ou lesão deste orgão. Caracteriza-se por um escorrimento de *perdas brancas* continuo ou intermitente, acompanhado, ás vezes, de catarro, cheiro fetido, deixando na roupa manchas amareladas.



**UTERO VIRGEM**



**UTERO QUE JA TEVE FILHO**

a Leucorrhéa torna-se abundante e penosa usar conjuntamente irrigações vaginaes do poderoso especifico **LEUCORRINA JOÃO VICAL** cujo effeito é immediato fazendo cessar o corrimento e desinfectando o utero e a vagina.

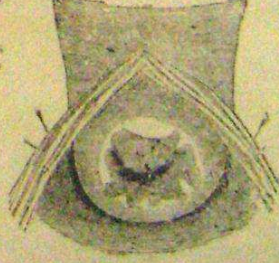
Escorrimento de catarro pela abertura do colo do utero, cujos bordos se acham inflamados e ulcerados.

maniscos, carne de porco, carne secca e peixes salgados: usar carnes frescas, frutas bem sazoadas e de facil digestão, legumes e leite fervido. Durante o periodo da menstruação abster-se de frutas, leites e de cozer em machina tocada a pe.

Nos casos chronicos em que

que é um poderoso reconstituinte e abate rapidamente o estado constitucional fraco, a Anemia, a Clorose, e as irregularidades uterinas.

Usar banhos frios passeios pela manhã cedo, exercícios moderados: evitar



Ulceração fungosa do colo do utero

EXIGIR EM CADA FRASCO O RETRATO E A FIRMA DOS UNICOS FABRICANTES

**João Vical de Mattos & Ir.**  
**— Maranhão —**

TYP. da DROGARIA MATTOS—S. Maranhão 1924

